



Proposta sobre vaquejada abre pauta de votações da semana

Plenário vota amanhã em 1º turno a PEC que legaliza atividades como rodeios. Outros itens da semana serão decididos em reunião de líderes

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senadores em sessão do Plenário: pauta de votações da semana será aberta amanhã, com a análise da proposta de emenda à Constituição que trata da vaquejada

A proposta de emenda à Constituição que permite a realização de vaquejadas e rodeios é o primeiro item da pauta de votações do Senado desta semana. O Plenário deve votar amanhã em primeiro turno a PEC que estabelece que não se consideram cruéis as manifestações culturais definidas na Constituição e registradas como bem imaterial parte do patrimônio cultural brasileiro, desde que regulamentadas em lei que assegure o bem-estar dos animais. Os demais itens da pauta serão definidos em reunião de líderes amanhã, segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira. **3**

Eunício diz que não deixará reformas paradas

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que quer agilizar a votação das reformas necessárias para reduzir a burocracia e ajudar o país a voltar a crescer. Segundo ele, a pauta do Plenário, mesmo com as comissões

ainda em formação, não ficará vazia. A ideia, disse, é debater as propostas antes até de elas serem votadas nos colegiados. Um dos temas prioritários, destacou, é a regulamentação da terceirização. **4**

Jane de Araújo/Agência Senado — 8/2/2017



Presidente do Senado quer agilizar a votação de reformas e propostas que contribuam para o desenvolvimento

Dia Nacional do Aposentado é comemorado em sessão especial **2**

Comissão faz audiências públicas sobre MP que cria Cartão Reforma **4**

Estudo aponta necessidade de salas de cinema no interior do Brasil **4**

Projeto acaba com sigilo em investigações

Projeto apresentado pelo senador Romero Jucá acaba com o sigilo em processos judiciais que tenham como objeto crimes contra a administração pública. Segundo ele, o objetivo é dar transparências às investigações e dar fim a vazamento de informações que geram clima de instabilidade. **3**

Relatório sobre indicação de Moraes ao STF será entregue à CCJ amanhã

O relatório sobre a indicação de Alexandre de Moraes para ministro do Supremo Tribunal Federal será apresentado amanhã pelo relator, Eduardo Braga, à Comissão de Constituição e Justiça. Após a leitura do relatório, será concedida vista coletiva para que os membros da comissão se preparem para a sabatina do indicado. **3**

Alexandre de Moraes tem feito visitas aos senadores para apresentar sua experiência como jurista



Genildo Magela/Agência Senado — 9/2/2017



O modelo atual de placas, considerado preconceituoso, e o que está em estudo

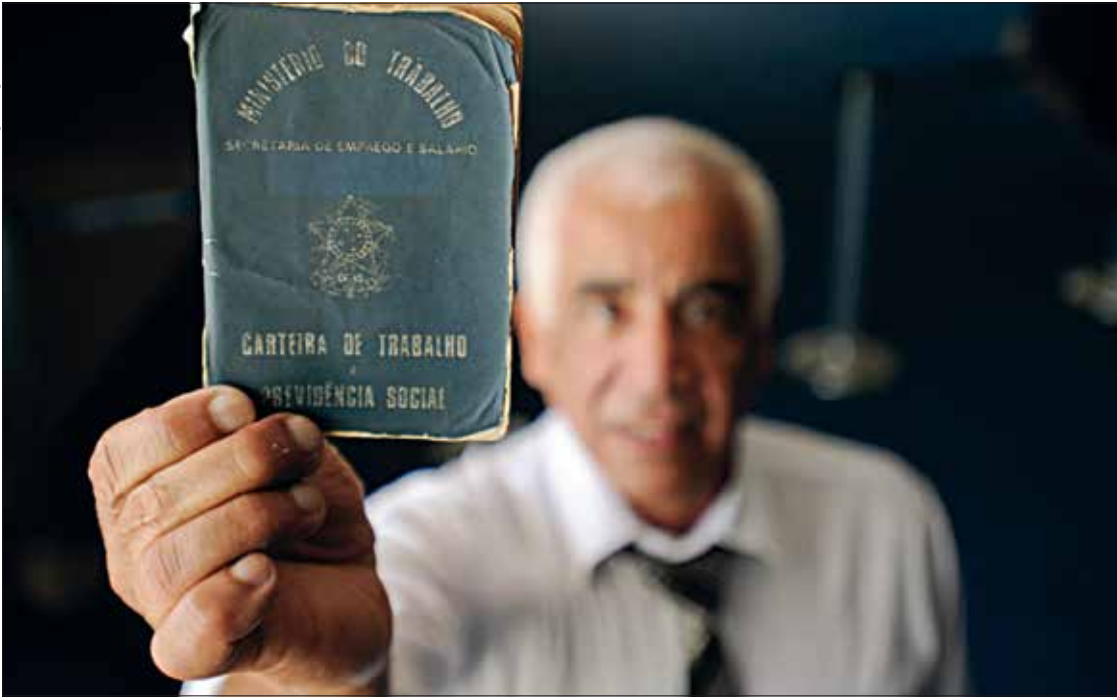
Proposta prevê mudança em placa de vaga preferencial para idosos

A Comissão de Direitos Humanos analisa um projeto que muda o desenho nas placas que indicam preferência a idosos em estacionamento, assento de transporte público

e fila de banco. O modelo atual é considerado preconceituoso, por mostrar uma pessoa com a coluna curvada e usando uma bengala. Sendo aprovado, o texto irá para a Câmara. **2**

Câmara Municipal São José do Rio Preto

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Um dos objetivos da solenidade é debater temas inerentes aos aposentados, como a reforma da Previdência Social

Sessão especial marca o Dia Nacional do Aposentado

Foram convidados para a homenagem de hoje parlamentares e representantes de entidades ligadas aos aposentados e à Previdência

O DIA NACIONAL do Aposentado será celebrado hoje em sessão especial. O evento será realizado às 11h, no Plenário do Senado.

Solicitada por Paulo Paim (PT-RS), a sessão debaterá assuntos como direitos dos aposentados, saúde, alimentação e a reforma da Previdência Social.

Foram convidados para participar da sessão especial o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP); o presidente da Central Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos, Iburici Fernandes; o presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social, Alexandre Barreto

Lisboa; e outras entidades relacionadas a Previdência Social e aos aposentados.

O Dia Nacional do Aposentado foi instituído pela Lei 6.926/1981.

A data é comemorada em

24 de janeiro, dia em que foi aprovada a Lei Eloy Chaves, em 1923, que criou a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP) dos ferroviários, embrião da atual Previdência Social.

Quem se aposentou entre 1988 e 1991 deve pedir revisão do benefício, diz Paim

Em discurso na sexta-feira, Paulo Paim fez um alerta aos aposentados que requereram o benefício entre 5 de outubro de 1988 e 4 de abril de 1991: o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu favoravelmente pela revisão do teto dessas aposentadorias, que tiveram uma limitação hoje considerada incorreta. Para obtê-la, afirmou o senador, é preciso procurar a Justiça.



São os benefícios concedidos entre a assinatura da Constituição federal e a edição da Lei 8.213/1991, da Previdência Social. A

determinação tem caráter de “repercussão geral”, ou seja, as causas semelhantes terão a mesma decisão favorável, explicou o parlamentar.

O senador também criticou a reforma da Previdência e as mudanças na lei trabalhista.

Manoel de Barros e Suframa serão homenageados

Duas sessões especiais foram aprovadas em Plenário na quarta-feira.

No dia 6 de março, às 11h, o Senado fará uma homenagem à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), pelos seus 50 anos.

A autarquia foi criada em 28 de fevereiro de 1967, no governo Castelo Branco. A proposta é do senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

Também em março, mas ainda sem data definida, haverá uma sessão especial

em homenagem ao poeta mato-grossense Manoel de Barros no seu centenário, comemorado em dezembro de 2016.

A iniciativa da sessão foi do senador Pedro Chaves (PSC-MS).

Texto exige que símbolo preferencial não seja pejorativo e respeite idosos

O símbolos de identificação preferencial de idosos não pode ser pejorativo nem nivelar todos os maiores de 60 anos como cidadãos frágeis. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 126/2016, do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que está pronto para ser votado terminativamente na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Ele sugere que a identificação de idosos exposta em assentos reservados no transporte coletivo e em caixas de bancos, por exemplo, seja expressa com pictografia baseada objetivamente na idade mínima de 60 anos, e não mais com a figura de alguém arqueado sobre uma bengala, atualmente empregada na comunicação visual para identificar esse grupo.

Preconceito

Para o senador, a lei que estabeleceu o atendimento preferencial aos idosos é para protegê-los e não deve incorrer no fortalecimento de juízos constrangedores e preconceituosos.

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), é favorável à

proposta. No entanto, ela retirou do projeto original os dispositivos que modificavam o pictograma de identificação das pessoas com deficiência, uma cadeira de rodas estática e considerada por Moka igualmente pejorativa.

Campanha

A senadora lembrou que o pictograma usado na acessibilidade para a deficiência é o Símbolo Internacional de Acessibilidade (SIA), criado em 1969 conforme termos definidos pela Organização Internacional de Padronização (ISO) e já pertence ao domínio público.

Um movimento contrário ao pictograma com a bengala para os idosos iniciou uma campanha para modificar essa imagem.

A empreitada elaborou um novo desenho, uma figura mais ativa, ao lado da inscrição “60+”.

A nova imagem foi divulgada em 1º de outubro de 2016, quando se comemora o Dia do Idoso, e apresentada à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA
TERÇA

SESSÃO ESPECIAL Aposentados

11h Sessão especial em comemoração ao Dia Nacional do Aposentado

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa destinada a pronunciamentos dos senadores.

CCJ Indicação ao Supremo

10h Análise da indicação de Alexandre de Moraes para ministro do STF.

MP 751/2016 Cartão Reforma

14h30 Audiência pública interativa para instrução da medida provisória que dispõe sobre o Cartão Reforma. Entre os convidados, estão representantes do Ministério das Cidades e da Confederação Nacional de Municípios.

QUARTA

CCJ Licenciamento de parques

10h Primeiro item da pauta, com 28 projetos, é o PLS 620/2015, que trata de licenciamento de parques de pequeno porte.

MP 747/2016 Radiodifusão

14h30 Reunião para votar o relatório da medida provisória sobre a renovação de concessões de rádio e televisão.

MP 751/2016 Cartão Reforma

14h30 Audiência pública interativa para instrução da medida provisória que dispõe sobre o Cartão Reforma. Entre os convidados do debate, estão representantes da Casa Civil, da Caixa e da Frente Nacional de Prefeitos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção e Paola Lima
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

PEC que legaliza vaquejada deve ser votada esta semana

Análise em primeiro turno da proposta abre a pauta do Plenário. Os demais itens a serem avaliados pelo Senado nesta semana serão decididos em reunião de líderes, destacou Eunício Oliveira

O **PLENÁRIO DEVE** votar amanhã em primeiro turno a proposta que permite a realização de vaquejadas e rodeios. Na quinta-feira, o Plenário encerrou a primeira etapa de discussão da PEC 50/2016.

— Minha expectativa é que aprovemos essa PEC na terça-feira e que os líderes tragam os projetos que já estão prontos, para que a gente possa no Colégio de Líderes formatar uma pauta para quarta e quinta — explicou o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Pela PEC, “não se consideram cruéis as manifestações culturais definidas na Constituição e registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, desde que regulamentadas em lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos”.

A Lei 13.364/2016, aprovada pelo Congresso e sancionada no final do ano, elevou o rodeio, a vaquejada e as respectivas expressões artístico-culturais à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. O PLS 378/2016, de Eunício, em análise no Senado, objetiva regulamentar essas práticas.



Manifestação em Brasília em 2016 contra a proibição de vaquejadas pelo STF

Segundo Eunício, a PEC trata de uma cultura nordestina, de uma região pobre afetada pela seca, que emprega mais de 700 mil pessoas.

— Essa PEC, eu tenho convicção de que, além de cuidar do trato com os animais, cuida daquilo que é a nossa cultura e, fundamentalmente, da geração de emprego e renda em um país que está em recessão e tem quase 13 milhões de desempregados — disse Eunício.

Crueldade

Se aprovada, a PEC reverterá decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra as vaquejadas, de outubro de 2016.

No julgamento de ação do Ministério Público, o relator no STF, ministro Marco Aurélio, considerou haver “crueldade intrínseca” contra os animais.

Pauta

O restante da pauta do Plenário será decidido em reunião de líderes, amanhã, às 11h.

— Faço questão de prezar pela pontualidade das sessões e de elaborar a pauta sempre de forma colaborativa. Como já disse, quero ser apenas condutor do processo, mas esse processo cabe a todos os senadores, independente de partido, se é da maioria ou da minoria — disse Eunício.

Romero Jucá propõe fim do sigilo em investigações

Após a homologação das 77 delações premiadas de executivos da empreiteira Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato, senadores defenderam a retirada do sigilo sobre as informações. Um deles, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou um projeto de lei que, caso aprovado, tornará proibida a imposição de sigilo sobre investigações que lidam com a administração pública.

O projeto, ainda sem número, veda o sigilo em processos judiciais que tenham como objeto crimes contra a administração pública, crimes de responsabilidade, infrações penais de agentes públicos e atos de improbidade administrativa.

Em outros tipos de processo, o sigilo se tornará excepcional. Só poderá ser decretado por decisão fundamentada de autoridade competente, por exigência do interesse social, da proteção ao direito de imagem e do respeito à privacidade e à intimidade dos envolvidos.

A proposta ressalva que diligências investigativas que necessitem do sigilo para serem efetivas (como inter-

ceptações telefônicas) não serão afetadas pela regra. No entanto, assim que elas estiverem concluídas, deverão ser publicizadas, caso se encaixem nos casos do texto.

Outra determinação do projeto é que, caso ocorra algum vazamento de informações durante as diligências sigilosas, todo o conteúdo apurado por elas deve ser imediatamente tornado público, sob pena de nulidade absoluta do material coletado — que não poderia ser utilizado como evidência no processo.

Novo paradigma

Jucá afirmou na quarta-feira que a Operação Lava Jato é “uma mudança de paradigma” na política brasileira e elogiou a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, pela decisão de homologar as delações. Ele disse, porém, que todas as próximas etapas devem correr “às claras”.

— Eu defendo a transparência das investigações e dos processos. Acho que tudo tem que ser tornado público e que a sociedade e a imprensa tenham acesso a tudo, para

tirar essa sombra sobre toda a classe política. Quem tiver responsabilidade, que responda, mas não dá para ficar a conta-gotas vazando informações e criando um clima de instabilidade que tem reflexo muito grave na economia.

Transparência

Renan Calheiros (PMDB-AL) também defendeu o fim do sigilo no caso da Lava Jato. Em seu último pronunciamento no cargo de presidente do Senado, na quarta-feira, o agora líder do PMDB afirmou que a manutenção de segredo sobre as informações pode levar a manipulação dos fatos.

— Qualquer investigação requer transparência. A partir da ocorrência de qualquer fato, é preciso que se derrube o sigilo, para que a população não seja manipulada, o que, infelizmente, tem acontecido. O fim do sigilo sempre nos aproxima da verdade, evita manipulações e evita vazamentos. O Brasil precisa seguir esse caminho.

O projeto ainda precisa ser encaminhado pela Mesa às comissões pelas quais será analisado.

CCJ recebe amanhã relatório sobre indicação de Moraes para o Supremo

Eduardo Braga (PMDB-AM) apresenta amanhã à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu relatório sobre a indicação de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal (STF). O relatório do senador apresenta o currículo do indicado e registra que ele conta com o apoio de entidades da sociedade civil, mas não apresenta parecer sobre o mérito, visto que a votação é secreta.

Após a leitura do relatório, será concedida vista coletiva aos membros da comissão para que preparem os questionamentos a serem feitos na sabatina do indicado na comissão, que está prevista para a semana seguinte.

No relatório, Braga destaca a “vasta produção acadêmica” de Moraes e sua atuação tanto na advocacia privada quanto na administração pública, tendo experiência “com as diversas facetas do fenômeno jurídico na nossa sociedade”.

Ficha judicial

O senador registra que o indicado não tem parentes que exerçam atividades vinculadas à sua atuação profissional, não tem ligação com empresas ou entidades não governamentais, está em situação de regularidade fiscal e não é alvo de processos judiciais.

O senador lembra o apoio à indicação por parte de entidades como a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juizes Federais do

Brasil, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e a Associação Nacional dos Procuradores da República. O Tribunal de Justiça de São Paulo também se manifestou favoravelmente.

Biografia

Alexandre de Moraes é doutor em direito constitucional pela Universidade de São Paulo (USP), jurista e foi promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Leciona na USP, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, na Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e na Escola Paulista da Magistratura.

Sua carreira no serviço público começou em 2002, quando foi secretário estadual de Justiça e da Defesa da Cidadania em São Paulo, no governo de Geraldo Alckmin. Ficou no cargo até 2005, quando saiu para o Conselho Nacional de Justiça (2005–2007). Depois foi secretário municipal de Transportes (2007–2010) e Serviços (2009–2010) na cidade de São Paulo, nas gestões de Gilberto Kassab, e secretário estadual de Segurança Pública (2015–2016) de São Paulo, novamente no governo Alckmin.

Moraes foi nomeado para o Ministério da Justiça em abril de 2016, pelo então presidente interino Michel Temer. Ocupou a pasta até o início de fevereiro, quando foi indicado para o Supremo Tribunal Federal na vaga aberta pela morte do ministro Teori Zavascki.

Cristovam Buarque critica condutas políticas do governo e do Senado que abalam credibilidade

Cristovam Buarque (PPS-DF) criticou o comportamento de políticos que leva ao descrédito perante a população. Ele citou a forma como



considerando que o próximo ministro do STF participará de julgamentos de políticos, fica configurada uma situação de descrédito.

o Senado compôs a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que sabatará Alexandre de Moraes, indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Cristovam se referia à designação, para a CCJ, de senadores citados na Lava Jato. Para ele,

— O comportamento político [de Temer] não está passando credibilidade. Está passando a ideia da mesmice contra a qual o povo foi para a rua — disse Cristovam, que destacou a MP do ensino médio como um acerto do governo.

Ana Amélia pede a presidente que tenha cautela na nomeação do novo ministro da Justiça

Ao avaliar as repercussões negativas em torno da escolha de Moreira Franco para a Secretaria-Geral da Presidência da República, Ana Amélia (PP-RS) pediu ao presidente Michel Temer que redobre os cuidados e que tenha cautela na nomeação do ministro da Justiça.

— Que essa escolha recaia sobre uma figura capacitada para um enfrentamento gravíssimo — sugeriu.

Na opinião de Ana Amélia, o governo não consegue dar visibilidade a resultados positivos devido à repercussão em torno da disputa judicial para impedir a nomeação de Moreira Franco como ministro.

— O Brasil está celebrando a menor inflação em 30 anos, mas tomou espaço na mídia a interpretação da equivocada decisão do presidente em proteger um amigo — disse a senadora.

Eunício quer agilidade na votação de reformas

Presidente da Casa disse que vai dar prioridade a propostas que reduzam a burocracia e ajudem o país a voltar a crescer. Questões trabalhistas, como regularização da terceirização, vão estar na pauta

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, prometeu celeridade nos trabalhos do Senado. Em entrevista à Rádio Senado, ele disse que pretende conduzir de forma ágil as reformas necessárias e todas as propostas que possam contribuir para o desenvolvimento do país. A intenção, disse, é não deixar itens parados na pauta do Senado.

— Todas as questões estão sendo colocadas como uma pauta positiva e propositiva para ajudar o crescimento do Brasil, destravar o Brasil, tirar a burocracia que atrapalha. Não é só aprovar leis novas, mas modificar leis velhas que estão obsoletas — afirmou.

Entre os temas prioritários, citou a questão trabalhista e o projeto que regulariza a terceirização. Para ele, não se trata de prejudicar ninguém, mas de regulamentar uma situação que existe e garantir os direitos dos trabalhadores.

Debates

O presidente do Senado disse que o Plenário não ficará com a pauta vazia. Ainda que não haja propostas prontas nas comissões, a intenção é levar os debates para o Plenário mesmo antes que os temas sejam votados nos colegiados.

— Não é esconder o debate, não é criar comissões especiais, não é fazer com que

matérias sejam votadas extra-pauta. Eu vou colocar na pauta mesmo se não tiver ainda sido debatido nas comissões, pelo menos nesse primeiro momento, para que a gente não fique com pauta vazia aqui no Plenário do Senado.

Sobre a análise do nome de Alexandre de Moraes — indicado pelo presidente da República, Michel Temer, para o cargo de ministro do upremo Tribunal Federal (STF), na vaga deixada por Teori Zavascki —, Eunício reafirmou que a intenção é que a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seja feita até o dia 22. Depois, a indicação ainda terá de ser



Eunício disse que sua gestão será marcada pela transparência e pelo diálogo

Ano Voilpe/Agência Senado — 7/2/2017

MP do Cartão Reforma em debate amanhã e quarta

A comissão mista responsável por analisar a Medida Provisória 751/2016 tem duas audiências públicas nesta semana. Parlamentares e convidados analisarão a proposta do governo que cria o Programa Cartão Reforma, com o objetivo de subsidiar a aquisição de materiais de construção destinados à reforma, à ampliação ou à conclusão de imóveis de famílias de baixa renda.

A primeira audiência será amanhã, às 14h30, com participação de representantes do Ministério das Cidades, da Agência Goiana de Habitação, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção e da Confederação Nacional de Municípios.

Na quarta-feira, também às 14h30, participarão convidados da Casa Civil da Presidência da República, da Caixa Econômica Federal, da Associação Nacional dos

Comerciantes de Material de Construção, da Frente Nacional de Prefeitos e do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) é a relatora da MP na comissão mista. As reuniões terão transmissão ao vivo e permitirão a participação popular pelo Portal e-Cidadania.

O benefício é destinado a famílias com renda de até R\$ 1,8 mil. Segundo o Ministério das Cidades, gestor do programa, o Cartão Reforma terá R\$ 500

milhões para distribuir a 100 mil famílias, uma média de R\$ 5 mil para cada uma.

O programa vai operar na forma de subvenção econômica, ou seja, não é empréstimo — as pessoas não precisarão pagar prestações e juros pelo uso do dinheiro. A subvenção será concedida uma única vez, por grupo familiar e por imóvel. Não pode ser cumulativa com outros subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais da União.



Senadora Ana Amélia é relatora da comissão, presidida pelo deputado Balestra

Gerardo Magela/Agência Senado — 8/2/2017

Hélio José cita ônibus movido a energia solar

A entrada em operação do primeiro ônibus elétrico movido a energia solar do Brasil foi comemorada por Hélio José (PMDB-DF). Segundo o senador, a circulação de ônibus com essa tecnologia significa menos aquecimento, poluição e ruídos.

Hélio José citou levantamento dos pesquisadores: um veículo convencional de transporte público movido a diesel emite quase 4 toneladas de gás carbônico por mês.

— Isso é muito importante neste momento em que precisamos não deixar que a Terra se aqueça cada vez mais — afirmou.



Gerardo Magela/Agência Senado

Medeiros cobra investimento em transportes

Mato Grosso é um dos estados com a maior produtividade agrícola do país, mas poderia ser mais competitivo se a infraestrutura de transportes passasse a ser tratada como prioridade pelos gestores, afirmou José Medeiros (PSD-MT). O senador cobrou do governo federal mais investimentos em rodovias e aeroportos.

— Temos de competir com países como Estados Unidos, que têm um sistema de transporte em três modais que competem entre si, ferroviário, hidroviário e rodoviário, baixando o frete, e todos muito bem estruturados — exemplificou.



Gerardo Magela/Agência Senado

Abrir mais cinemas no país é desafio, diz consultor do Senado

O Congresso Nacional precisa ampliar o debate com os diversos setores que compõem a cadeia produtiva do cinema no Brasil. A avaliação é do consultor legislativo Luiz Renato Vieira, no estudo *Notas Introdutórias sobre as Políticas de Incentivo ao Cinema no Brasil*, publicado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa.

Para Vieira, a legislação existente estabelece as condições necessárias para a ampliação do parque cinematográfico nacional, com prioridade para os municípios menos populosos. Mas ele observa que o desafio de melhor distribuir os equi-

pamentos culturais no Brasil é gigantesco. Ele explica que a sala de cinema, tendo em vista as necessidades técnicas e comerciais envolvidas, como o relacionamento com as distribuidoras, é um dos equipamentos mais complexos.

De 2013 para 2015, o número de salas de cinema no Brasil aumentou de 2.679 em 2013 para 3.005 em 2015, o que representa um crescimento de 12,2%. No mesmo período, o número de ingressos vendidos nos cinemas subiu de 149,5 milhões para 173 milhões, ampliando o faturamento de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 2,4 bilhões. Entretanto, apesar de

todo esse crescimento, 46% dos brasileiros não dispõem atualmente de salas de cinema no município onde vivem. Em 2012, esse percentual era de 51,6%.

No que se refere à captação, Vieira cita a Lei Rouanet, que possibilita a empresas e cidadãos aplicar parte do Imposto de Renda devido em ações culturais. Mudança na lei feita em 2008 estendeu o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes.

Vieira também lembrou a Lei do Audiovisual, que

permite investir na produção de obras cinematográficas e audiovisuais e na infraestrutura de produção e exibição. Segundo ele, desde a edição da lei em 1993, mais de R\$ 340 milhões já foram investidos na produção cinematográfica.

Há ainda o vale-cultura, instituído em 2012, que busca ampliar o acesso aos bens culturais. “É uma política que procura incluir o consumo cultural na cesta básica do trabalhador brasileiro. Ainda não há avaliação sobre seu impacto no consumo cultural e, em especial, no setor audiovisual, mas as expectativas são positivas”, observa Vieira.

O consultor explica que a estrutura de fomento ao cinema atualmente existente no governo federal envolve três instituições: o Conselho Superior de Cinema, a Secretaria do Audiovisual e a Agência Nacional do Cinema, todas elas vinculadas ao Ministério da Cultura.

Entretanto, as ações do poder público voltadas para esse campo incluem iniciativas federais, estaduais e municipais, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Plano Nacional de Cultura.

Leia o estudo na íntegra: <http://bit.ly/PolíticasCine>